

Índias reclamam contra a discriminação

A presidente da Associação das Mulheres Indígenas do Rio Negro diz não haver diferença no tratamento dado à mulher pelo índio e branco

Ana Celia Ossame

Não há diferença no tratamento dado à mulher pelo homem branco e pelos das tribos indígenas do Alto Rio Negro. "Sofremos violência como espancamentos, agressões e lá não temos a quem reclamar", afirma a presidente da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn), Maria do Carmo Trindade Serra, 32 anos, casada, três filhos, há 12 anos em Manaus. Para ela, ser mulher é difícil em todos os lugares porque esta não é ouvida.

A associação foi criada em 1984 para organizar as mulheres indígenas que migraram do Alto Rio Negro a Manaus, recebendo a doação de uma casa pela antropóloga do Inpa, Janete Chernela. Ao todo são 58 mulheres associadas que trabalham como domésticas, em serviços gerais, havendo também desempregadas, mães solteiras e até prostitutas. "Elas estão em vários bairros e através da associação podem manter contato com as suas tribos", conta Maria do Carmo para lamentar que a Fundação Nacional do Índio (Funai), não reconheça



Fotos: Márcio Silva

A mulher denuncia a discriminação em todas as sociedades e a violência encoberta pelo machismo

essas mulheres como indígenas. "Elas saíram das aldeias para tentar uma vida melhor na cidade, mas são índias", diz Maria do Carmo. Ela alimenta um

sonho, o de um dia voltar para seu povo, chamado wananus. Mas antes, quer ver a associação organizada e fortalecida. "E preciso dar um apoio maior

às mulheres indígenas", afirma ela para reconhecer que na cidade dos brancos, a discriminação contra estas é dupla, por mulheres e índias.

VIDE-VERSO

Mulheres semeiam a esperança

Elas levam para as comunidades carentes sinais generosos de vida e alegria através de chás, remédios caseiros e alimentos alternativos, fazendo parte de uma corrente que semeia esperança nas casas da periferia carente de Manaus, como diz a coordenadora da Pastoral da Criança, da CNBB, Nádia Vettori. São as cerca de 300 mulheres da pastoral em Manaus que se chamam Antônia, Maria do Carmo, Maria Paixão, da Conceição, Aldenora. São as responsáveis por um trabalho incansável e único que se estende a dezenas de bairros da capital e municípios do Estado.

Dona Antônia Ferreira Palhares, 65 anos, um filho, é uma dessas mulheres que descobriu um significado para a vida na velhice. Separada do marido, aos 59 anos de idade, saiu de uma vida submissa de dona de casa "para ser livre". Isso significa, hoje, andar de casa em casa, no bairro da Compensa, visitando as crianças e levando, através da Pastoral da Criança, sinais de alegria através de chás, remédios caseiros e alimentos alternativos. Maria Paixão, 56 anos e Maria da Conceição Oliveira, 60 anos, atuando no São Raimundo e Aldenora Franco de Souza, 35 anos, no Mutirão, também fazem parte de uma corrente de mulheres que, como diz a coordenadora da entidade em Manaus, Nádia Vettori, semeia esperança pela periferia da cidade.

Mulheres estrelas— Elas, na verdade, são as estrelas da Pastoral da Criança, que no último dia 8, Dia Internacional da Mulher, não festejaram a data porque tinham outros afazeres e outras comemorações, como a recuperação de centenas de crianças desnutridas. Na virada do século, Dona Antônia, sente-se orgulhosa do trabalho e não admi-

te que a sociedade não reconheça a força da mulher. "Hoje temos menos medo de reivindicar nossos direitos", proclama. Aldenora Franco de Souza, 35 anos, três filhos, está há três anos na Pastoral, no bairro do Mutirão, onde coordena o trabalho de cerca de 15 outras mulheres. Na sua área de trabalho, a carência é maior e a desnutrição das crianças é a face visível do desemprego e miséria. "A gente sai, ensina os cuidados com higiene, leva remédios caseiros, ajuda, mas é muita pobreza", lamenta.

Maria Paixão, casada, 5 filhos, secretária da Igreja de São Raimundo, é outra que repete a lição. "A mulher é desvalorizada, desrespeitada, mas é ela quem en-

frenta os maiores problemas da casa e cuida dos filhos", argumenta. "Os homens não aguentam metade da barra que nós seguramos", complementa ela, que não aceita as reclamações de casa pela ausência durante os trabalhos na Pastoral. "Eu dou conta dos dois".

Maria da Conceição Ferreira, 60 anos, do São Raimundo, é professora aposentada, viúva, um filho, que há 10 anos recebeu uma criança para cuidar, além das centenas de outros que assiste através da Pastoral, percorrendo as casas da beira-mar. Separada do marido, que hoje está de volta, mas doente com cirrose e câncer, ela lembra a vida difícil que levou até que se descobriu assistente social, advogada e às vezes médica. "Fico feliz por ajudar meu próximo".

Essas mulheres, com suas atitudes simples e voluntárias, promovem uma revolução que não está escrita nos programas das políticas públicas. Não têm salários e a única e grande gratificação, como ensina a coordenadora Nádia Vettori, tem um preço impagável e precioso das crianças recuperadas. "Pena que sejamos só nós a fazermos isso nessa grande cidade".

300
mulheres atuam na
Pastoral da
Criança no Estado,
em um trabalho
único voltado
para assistência



Dona Antônia participa do trabalho incansável junto aos miseráveis